

N.º: Gp1318-IX
Proc.º: 30.06.01.19
35.02.55
35.02.56
Data: 25.11.2010

Assunto: Plano e Orçamento 2011 – Intervenção Final

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores membros do Governo**

No tempo presente as famílias e empresas Açorianas sentem já grandes dificuldades e a previsão para os próximos anos é muito pouco optimista. Por isso, à oposição, e por maioria de razão ao Governo, exige-se uma atitude realista perante o cenário pouco risonho com que nos defrontamos.

Como consequência defendemos que em tempo de crise não se pode ser Governo da mesma forma, nem se deve ser oposição do mesmo modo.

Perante a conjuntura de crise exige-se um esforço suplementar de solidariedade para com as famílias e as empresas em dificuldades, que se deve e tem de sobrepôr ao espírito de facção e à crispação inútil que, tantas vezes, dominam a agenda política.

Infelizmente, alguns preferiram a crispação inútil!

As instituições e forças políticas devem concentrar-se nas soluções necessárias face à estagnação ou recessão económica e na maior sensibilidade perante a emergência social do desemprego, do empobrecimento da classe média e do endividamento.

Para o CDS-PP a Região não deve agigantar-se em investimentos cujo financiamento esgote o crédito disponível e não pode comprometer enormes somas de recursos públicos em avales ou apoios que não sejam justificados.

O CDS-PP sempre foi apologista da consolidação das finanças públicas, contribuiu para ela e é fiel a esse princípio. Mas o CDS-PP também é defensor do combate ao défice social que se tem vindo a agravar.

Os Açorianos dispensam ilusões. Por isso o CDS-PP apresenta mais soluções do que críticas e assume mais compromissos do que promessas.

Muitas foram, durante os últimos anos, as propostas do CDS-PP de grande impacto social a favor dos Açorianos.

Porque a nossa opção sempre foi pelos mais necessitados, os votos do CDS-PP foram decisivos para a criação de um complemento regional de pensão que ainda hoje vigora e que este Orçamento reforça.

Em 2003, em 2007 e, em 2009, foram aprovadas propostas do CDS-PP, que aumentaram as diárias dos doentes deslocados e seus familiares. No Plano e Orçamento para 2011 prevê-se uma verba de quase 6 milhões de euros.

O COMPAMID, um cheque para os idosos compararem os seus medicamentos, é uma proposta do CDS-PP e ganha agora nova importância porquanto o Governo de Sócrates reduziu as comparticipações dos medicamentos.

No próximo ano, os Açorianos vão começar a usufruir do Vale Saúde. Eis mais uma proposta do CDS-PP inovadora e de grande âmbito social.

Vão-se reduzir as listas de espera cirúrgicas nos hospitais através da contratualização de cirurgias com os sectores privado e social.

Tivemos iniciativa e hoje as tarifas promocionais são também património do CDS. Ficamos satisfeitos com as tarifas aéreas promocionais de estudante e residentes. Continuaremos a apresentar propostas nesse sentido, defendendo uma tarifa única à partida dos Açores e reivindicando a tarifa máxima de 100 euros nas ligações inter-ilhas e exigindo a mais que necessária e justificada ligação Terceira-Porto durante todo o ano.

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados**

Somos uma oposição focada no essencial contribuindo para que o debate político e a agenda das instituições sirvam verdadeiramente o que importa, não desperdiçando tempo em debates acessórios ou supostamente estéreis.

Somos uma oposição tão aguerrida quanto construtiva, porque o nosso objectivo também se atinge avaliando as propostas sobre a crise, não tanto pela etiqueta partidária de origem, mas, sobretudo, pelo seu mérito.

A prova está mais uma vez à vista. As nossas propostas ao Plano e Orçamento para 2011 são sérias, úteis, exequíveis e vão de encontro às principais necessidades das famílias. Pretendemos instituir um sistema de empréstimo gratuito de livros escolares para todos os alunos dos ensinos básico e secundário. Quem tem filhos e compra todos os anos os manuais sabe bem do alcance social e económico desta medida.

Outra fundamental proposta de cariz social é o reforço das verbas para os cidadãos portadores de deficiência que tem por objectivos aumentar o acesso a ajudas técnicas e permitir um aumento da igualdade de oportunidades, visando proporcionar uma maior autonomia pessoal e inserção social.

Por outro lado, reforçaremos acções e programas relativos aos Cuidados Continuados e Paliativos, Habitação degradada, obras públicas essenciais nos sectores da Educação e Infra-estruturas Portuárias.

Nos sectores produtivos entendemos ser fulcral melhorar a promoção dos produtos açorianos, conhecidos pela sua qualidade e singularidade, mas muito distantes ainda dos grandes mercados.

Entretanto, porque está mais do que provado que a renovada frota da SATA Air Açores não resolveu problemas do passado, vamos insistir na proposta de inclusão de uma verba com vista a aquisição de um avião mini cargueiro que acabará com os constrangimentos que pescadores, agricultores e pequenas empresas, em geral, sentem para o escoamento do produto do seu trabalho, valorizando assim a qualidade e um aumento de rendimentos.

As nossas energias estão voltadas para o futuro!

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados**

Gostaríamos de poder elogiar amplamente o sistema de ensino da nossa Região, não fossem, porém, as nossas escolas sempre e consecutivamente as piores dos ranking's nacionais.

Queríamos poder elogiar as políticas de saúde, mas falta humanização no Serviço Regional e muitos milhares de Açorianos nem sequer têm médico de família. Temos os hospitais à beira da falência. Também nesta matéria não nos limitamos à crítica fácil. Demos e queremos continuar a dar o nosso contributo para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde que, responsabilmente, defendemos. Colocamos acima de tudo a defesa intransigente da nossa única clientela neste sector – OS DOENTES.

Desejávamos que o associativismo e o colectivismo não vivessem pendurados nos subsídios públicos e que a subsídio-dependência não fosse a regra, mas a excepção.

Lutaremos sempre para que as IPSS's não sejam controladas pelos poderes públicos, mas que sejam apoiadas para que, em parceria, possam dar um forte contributo no combate às desigualdades e às dificuldades sociais.

Ansiamos por uma Região onde não se proíbam os pescadores de trabalhar ao fim de semana, só porque não existem investimentos e serviços em terra que o permitam e na qual o mar – a nossa maior riqueza – não estivesse abandonado e esquecido.

Somos apologistas de um sector agrícola que não seja dependente da monocultura da vaca, mas onde a diversificação não se resuma apenas ao cultivo de beterraba.

Realçamos o apoio às nossas micro, pequenas e médias empresas, essencialmente de cariz familiar, desburocratizando sistemas de incentivos e

proporcionando-lhes bons sistemas de transporte para o escoamento dos seus produtos.

Pugnamos por uma Região onde os investimentos públicos sejam reprodutivos e sustentáveis, ao invés, não raras vezes, de investimentos milionários sem garantias de manutenção no futuro, numa Região ainda carenciada.

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados**

Este Orçamento tem algumas medidas importantes de apoio social às famílias e às empresas, mas é necessário pensar seriamente no futuro e na sustentabilidade da Região.

O futuro parece hipotecado e a sustentabilidade uma miragem, porquanto o Governo já se viu na necessidade de regionalizar algumas empresas para impedir a sua falência; há Câmaras Municipais nos Açores que já pediram a insolvência!

Há que repensar o modelo de gestão, de desenvolvimento e de investimento público em que estamos mergulhados. O CDS-PP considera insustentável a multiplicação desenfreada de infra-estruturas culturais, desportivas e recreativas, que já tem e terão uma pesada factura de manutenção aliada a uma baixa taxa de utilização.

Há que reequacionar o sector público empresarial regional.

Multiplicam-se empresas e administrações e mais dia, menos dia, seremos forçados a pensar seriamente se é possível manter mais de seis dezenas de entidades do sector público empresarial regional, com gastos de milhões de euros só com os conselhos de administração.

Neste sentido, e na sequência aliás do que já ontem sugerimos neste Parlamento relativamente à redução de 30% nos vencimentos dos conselhos de administração dos Hospitais EPE e da SAUDAÇOR, o CDS-PP apresentou, já esta tarde, uma proposta de alteração ao Orçamento da Região onde estipula que a remuneração auferida pelos gestores públicos regionais não possa ser superior à remuneração de um Secretário Regional do Governo dos Açores.

Seria irresponsabilidade nossa se hoje não enfatizássemos algumas das fragilidades da nossa administração regional com a esperança de que possam ser corrigidas, pois estamos convencidos que sem alterações ao nível da gestão da coisa pública jamais conseguiremos perpetuar a disciplina e o sentido de rigor essenciais para umas finanças públicas saudáveis.

É tempo pois de repensar o presente para não hipotecar o futuro!

O Deputado Regional



Artur Lima